



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

VAMBERTO DOS SANTOS BEZERRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM
ESTUDO INTRODUTÓRIO**

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

VAMBERTO DOS SANTOS BEZERRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM
ESTUDO INTRODUTÓRIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinar da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Germana Alves de Menezes

JOÃO PESSOA – PB
2014

B574e Bezerra, Vamberto dos Santos
Educação do campo e a Pedagogia da Alternância
[manuscrito] : um estudo introdutório / Vamberto dos Santos
Bezerra. - 2014.
41 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Teoria da História e Metodologia do Ensino da
História EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Germana Alves de Menezes,
Educação".

1. Relação família-escola. 2. Educação do campo. 3.
Pedagogia da Alternância. I. Título.


21. ed. CDD 371.192

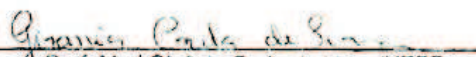
VAMBERTO DOS SANTOS BEZERRA


EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM
ESTUDO INTRODUTÓRIO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinar da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 19/07 2014


Prof.^a Dra. Germana Alves da Menezes / UEPB
Orientadora


Prof. Ms. / Gisânia Carla de Lima / UEPB
Examinadora


Prof.^a Ms. / Ana Célia Silva Menezes / UEPB
Examinadora

VAMBERTO DOS SANTOS BEZERRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM
ESTUDO INTRODUTÓRIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinar da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, pela força, pela saúde e por me dar a oportunidade de fazer uma especialização e conhecer uma pessoa tão especial como Tereza Vidal da Silva.

A dedicação vai com exclusividade a minha esposa Tereza Vidal da Silva, a qual conheci no Curso de Especialização, ou seja no primeiro dia de aula e estamos juntos até hoje. A você DEDICO

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus todo o meu trabalho, minha vida e os meus estudos, ele me oportuniza o conhecimento e a sabedoria, a ele devo toda honra e toda glória.

Agradeço a minha querida esposa Tereza Vidal da Silva, tão presente nesta Monografia quanto eu, ela esteve comigo em todos os momentos de estudo, desde a Universidade como também em casa, estudando comigo, me orientando, dando bronca e digitando este trabalho, isso é um dos fatores que me cativa e me faz amá-la cada vez mais. Não posso deixar de ressaltar que foi neste curso que a conheci, namoramos, noivamos e estamos juntos casaremos em breve.

Á minha professora que escolhi para ser minha orientadora desde que ela começou a ministrar a disciplina Educação do Campo, me identifiquei com suas ideias, seu vasto conhecimento, sua capacidade e na essência enquanto pessoa. Aqui deixo meus agradecimentos a essa grande mestra, uma pessoa de tamanha competência que muito me ensinou e eu aprendi. Germana Menezes, és a professora “arretada” (termo popular usado na área do campo),

Agradeço aos meus colegas de classe pelo companheirismo durante a nossa formação nesta maravilhosa especialização.

Por fim, agradeço a equipe de coordenadores do Curso Francisco e Ricardo que com muita competência acompanharam todo a trajetória desse maravilhoso estudo oferecido pelo Governo do Estado.

Agradeço ao Governador do Estado por oferecer esta especialização aos professores e funcionários do Estado da Paraíba, em especial, por ter conhecido minha esposa na Especialização, por isso, foi e está sendo tão importante para mim. Meus agradecimentos a todos que contribuíram para a efetivação desse maravilhoso estudo.

Só existem dois dias no ano que nada pode ser feito.
Um se chama ontem e o outro se chama amanhã,
portanto hoje é o dia certo para amar, acreditar,
fazer e principalmente viver.
(DALAI LAMA)

RESUMO

Este trabalho traz como proposta analisar, refletir e questionar a importância da Educação do Campo priorizando a Pedagogia da Alternância como meio de garantir a permanência do jovem estudante no campo, e para delimitar o estudo fizemos uma pesquisa bibliográfica. A proposição dos estudos aqui expostos, traz como foco a história da Pedagogia da Alternância desde seu surgimento na França até o seu desenvolvimento no Brasil nas comunidades do campo, observando as abordagens vivenciadas pelos moradores do campo em especial, as que desenvolvem o Programa da Pedagogia da Alternância. A pedagogia da Alternância apresenta uma ação conjunta com a escola/família buscando mecanismo que viabilize o desenvolvimento amplo do estudante do campo, de forma coletiva junto com segmentos não governamental como elemento da verdadeira aprendizagem: crítica e dialética. É uma proposta que busca a socialização do saber, a valorização da cultura popular, bem como o diálogo para um aprofundamento científico e aprimoramento desses saberes em vista da transformação do meio. No I Capítulo abordamos: Caminhos percorridos pela Educação do Campo no Brasil busca resgatar alguns aspectos importantes como a expansão do cristianismo no país, como também, as mudanças sócio educativas que marcaram época no período dos séculos XIX e XX, tendo como base teórica Martins (2009), Cotrin (1996) fazendo uma reflexão em torno das abordagens. No II capítulo abordamos sobre Aspectos Históricos da Pedagogia da Alternância sob a visão de Ribeiro (2006), Pessotti (1978), Bachelard (1994), buscamos apresentar a origem na França e a expansão da Pedagogia da Alternância nos cinco continentes, em especial no Brasil, além de analisarmos a forma de avaliação aplicada no campo, mostrando que a Pedagogia da Alternância apresenta uma avaliação que valoriza o conhecimento prévio dos jovens do campo, também contamos com a colaboração dos seguintes estudiosos da temática: Gimonet (2007), Santori (2008), Luckesi (2003), nos orientando a respeito de um processo avaliativo nacional e sua diferenciação a educação do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Socialização, comunidades, cristianismo, alternância, valorização.

ABSTRACT

This paper presents a proposal to analyze, reflect and question the importance of using the Field Education Pedagogy of Alternation through a literature review, showing that the field can have a quality education that enhances your reality and families. The proposition of the studies presented here, brings focus on the history of the Pedagogy of Alternation since its emergence in France until its development in Brazil in the communities of the field, watching the approaches experienced by camp residents especially those who develop the program of Pedagogy alternation. Pedagogy of Alternation presents a joint action with the school / family seeking mechanism which facilitates the broad field of student development, collectively along with non-governmental sectors as part of real learning: critical and dialectical. It is a proposal that seeks the socialization of knowledge, appreciation of popular culture, as well as dialogue for a scientific deepening and enhancement of such knowledge in view of the transformation of the environment. In Chapter I approach: Paths taken by the Field Education in Brazil seeks to rescue some important aspects such as the expansion of Christianity in the country, as well as the educational partner that epoch changes during the nineteenth and twentieth centuries, the theoretical ground Martins (2009), Cotrin (1996) by a reflection around the approaches. In Chapter II titled Formal Aspects of Pedagogy of Alternation under the vision of Ribeiro (2006), Pessotti (1978), Bachelard (1994), we seek to present the origin in France and the expansion of the Pedagogy of Alternation in five continents, especially in Brazil and in the third chapter, we discuss on the evaluation of field and Laws and Guidelines Base, showing that the Pedagogy of Alternation presents an evaluation that values youth prior knowledge of the field, as well as evaluating established by Laws and Guidelines Base, also rely on the collaboration of scholars following the theme: Gimonet (2007), Santori (2008), Luckesi (2003), advising us of a national evaluation process and differentiation of education field.

KEYWORDS: Socialization, communities, Christianity, alternating recovery.

SIGLAS:

ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEFFA – Centro Familiar de Formação por Alternância

CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância

CFRs – Casas Familiares Rurais

CFR – Casa Familiar Rural

CFR's – Casas Familiares Rurais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EFA – Escola das Famílias Rurais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Base

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Sem Terra

ONGs – Organização Não Governamental

UNEFAB – União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

UEAS – União das Escolas Agrícolas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	14
1.1. BRASIL COLÔNIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	14
1.2. Brasil República e a Educação do Campo	15
1.3. A Educação do Campo no Brasil da Nova República	18
II. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	23
2.1. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ORIGEM E EXPANSÃO	25
2.2. A Pedagogia da Alternância no Brasil	27
2.3. OS PILARES DA EDUCAÇÃO DA EFA	32
2. 4. A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, assim como outras modalidades da educação formal, vem ao longo de sua história passando por um processo de mudanças, Isso se deve as influencias sociais, políticas e econômicas que o país vem vivendo.

Temos consciência da relação direta que existe entre o trabalho e educação, e isto não poderia ser diferente no que se refere a população do campo.

Entretanto, nem sempre a educação ofertada a essa população leva em consideração as especificidades da vida camponesa, transferindo para o campo o mesmo modelo de educação implantados em áreas urbanas.

A Pedagogia da Alternância vem sendo frequentemente requisitada pela população camponesa, principalmente por oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver suas atividades no seu lugar de origem e lá mesmo estudar, unificando saberes – teoria e prática e, assim, fortalecendo a união entre alunos, família, escola e comunidade proporcionando o intercâmbio da economia dos agricultores.

Dentro deste contexto o programa apresenta uma metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Dentro deste contexto queremos refletir e analisar a importância da Educação do Campo, priorizando as características intrínsecas do seu meio, como elemento principal do desenvolvimento e na qualidade de vida dos alunos oriundos de famílias rurais.

Esta monografia, intitulada Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância: um estudo introdutório, traz como proposta mostrar a importância da Educação do Campo com uso da Pedagogia da Alternância através de uma revisão literária, mostrando que é possível o campo ter uma educação de qualidade que valorize a sua realidade e das famílias.

Nosso objetivo geral é desenvolver um processo reflexivo acerca da educação escolar no Meio Rural, com foco na Pedagogia da Alternância.

Busca-se aqui trazer a história da Pedagogia da Alternância desde seu surgimento na França até o seu desenvolvimento no Brasil comunidades do

campo, observando as abordagens vivenciadas pelos moradores do campo em especial as que desenvolvem o Programa da Pedagogia da Alternância.

Dentro deste propósito conhecemos melhor a capacidade da família do campo, analisando as condições de vida, educação através de uma extração teórica qualitativa, aprimorando o conhecimento.

A pedagogia da Alternância apresenta uma ação conjunta com a escola/família buscando mecanismo que viabilize o desenvolvimento amplo do estudante do campo, de forma coletiva junto com segmentos não governamental como elemento da verdadeira aprendizagem: crítica e dialética. É uma proposta que busca a socialização do saber, a valorização da cultura popular, bem como o diálogo para um aprofundamento científico e aprimoramento desses saberes em vista da transformação do meio.

Para o desenvolvimento dessa monografia realizamos uma pesquisa bibliográfica, para tanto, a partir de leituras realizadas no decorrer da disciplina Educação do Campo, fomos a fundamentação teórica, além de nossas próprias incursões intelectuais.

Devido ao curto espaço de tempo para a realização desse trabalho, fizemos a opção pela pesquisa bibliográfica, entendendo esta, conforme Oliveira (2007:69), como uma “modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico (...) [cuja finalidade é levar o pesquisador e a pesquisadora a entrarem em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo”.

Trata-se, conforme a autora acima citada, de uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.

Esse trabalho está estruturado em três capítulos, e está organizado da seguinte maneira: Capítulo I intitulado Caminhos percorridos pela Educação do Campo no Brasil busca resgatar alguns aspectos importantes como a expansão do cristianismo no país, como também, as mudanças sócias educativas que marcaram época no período dos séculos XIX e XX, tendo como base teórica Martins (2009), Cotrin (1996) fazendo uma reflexão em torno das abordagens O segundo capítulo intitulado Aspectos Formais da Pedagogia da Alternância sob a visão de Ribeiro (2006), Pessotti (1978), Bachelard (1994), buscamos apresentar a origem na França e a expansão da Pedagogia da Alternância nos

cinco continentes, em especial no Brasil, como também a proposta de avaliação determinada pelas Leis de Diretrizes e Base, também contamos com a colaboração dos seguintes estudiosos da temática: Gimonet (2007), Santori (2008), Luckesi (2003), nos orientando a respeito de um processo avaliativo nacional e sua diferenciação a educação do campo.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais e esperamos com esta pesquisa, dar uma contribuição para a comparação do ensino da Educação Básica com o ensino voltado ao Programa Pedagogia da Alternância existente nos nossos dias seja cidade ou campo.

I. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Nossa proposta de estudo apresentamos um breve histórico sobre os caminhos percorridos pela Educação do Campo com abordagens relacionadas ao Brasil Colônia, Brasil República e Nova República, fazendo ciente a trajetória de programas e Leis que foram aplicados durante esse período.

Desde os primórdios da história da educação brasileira que a Educação do Campo se faz presente, pois era na área rural onde havia mais moradores do que na área urbana. O Brasil durante décadas foi dominado pelos grandes latifúndios, detendo o poder sobre todos os subordinados determinando a sua forma de educação. A educação formal surgiu no Brasil após a chegada dos portugueses ao país, tendo como base a catequese dos índios, esses por sua vez, habitavam em aldeias e se sentiam invadidos pela cultura europeia, o ensino não era de primeiras letras, mas de regras, normas e domínio sobre eles.

Inicialmente os Jesuítas que faziam parte da Companhia de Jesus, controlavam a educação dos indígenas com a função de domesticá-los, isso não se resumiria a uma educação sistematizada, mas a ensinamentos religiosos e controlados por eles. Enquanto isso, fundavam grandes colégios para os colonos que aqui habitavam e esses necessitavam de escravos manipuláveis para trabalharem no campo. Esses padres tinham planos, conforme Cotrin, (1996, p. 101) de divulgar a religião católica em nossa terra. Consideravam-se “soldados da religião” com a missão de conquistar as almas dos índios e dos colonos para o cristianismo católico.

A história do cristianismo no período colonial se dava como poder político e econômico europeu, o que era determinante para a colônia portuguesa pois ela precisava de mão de obra escrava para se manter no poder.

1.1. BRASIL COLÔNIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Durante décadas o Brasil foi dominado por uma oligarquia agrária que detinha o poder não se interessando pela educação da população pobre.

Os Jesuítas eram considerados sábios daquela época, então era preciso ensinar aos índios os primeiros mandamentos religiosos, e oferecerem utensílios

de enfeites para que os índios aceitem com mais facilidade as ordens europeias, os que se repudiavam a invasão em seu espaço territorial sofriam punições.

Com a chegada dos navios negreiros, os índios e negros eram tomados para trabalharem como escravos nas terras que eram dos índios, fortalecendo a economia do latifúndio, enquanto que as crianças estavam sendo catequizadas pela Companhia de Jesus.

No tocante a educação formal, segundo Martins (2009), esta teve início em 1549, com os Jesuítas que foram os primeiros educadores do período colonial, atuando até 1579. Essa educação servia especialmente para a aculturação e catequização dos índios e negros e a instrução dos descendentes dos colonizadores.

A Companhia de Jesus, controlava a educação dos indígenas com a função de domestica-los, enquanto isso fundavam grandes colégios para os colonos que aqui habitavam. Esses por sua vez necessitavam de escravos manipuláveis para trabalharem no campo. Esses padres tinham planos, conforme Cotrin, (1996, p. 101) de divulgar a religião católica em nossa terra. Consideravam-se “soldados da religião” com a missão de conquistar as almas dos índios e dos colonos para o cristianismo católico.

Contudo, é preciso lembrar que a história do cristianismo no período colonial estava associada ao poder político e econômico europeu, a fim de extrair as riquezas do nosso país e com o controle de todas as colônias descobertas naquela época.

Os padres chegaram juntos com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza e os comandados pelo padre Manuel da Nóbrega o que fundaram a primeira escola em Salvador, em seguida José de Anchieta em São Paulo, mais tarde, Rio de Janeiro e Espírito Santo, dando forma as primeiras escolas do Brasil. Mesmo que essas escolas pertencessem a aristocracia da época, as pessoas em sua maioria pertenciam ao campo.

1.2. Brasil República e a Educação do Campo

As primeiras escolas que surgiram no período republicano, aconteceu de maneira precária e sem condições para funcionamento, para isso, as casas

velhas, pardieiros, prostíbulos desativados serviam como escola, qualquer lugar desativado poderia se tornar uma escola, porém, quem as frequentava eram as pessoas carentes da sociedade

Ao estudarmos a História do Brasil, percebemos que no período do Brasil Império, ou do Brasil República, a escola pertence a um grupo específico, a elite da época, pois quando é oferecida aos pobres, negros e/ou aos que estão à margem da sociedade é de uma qualidade duvidosa, promove a evasão escolar. Essas escolas precárias surgiram com a proposta da primeira lei que favorecia a educação no Brasil.

A primeira Lei Nº 234 de 1832 a ser promulgada ainda no período imperial, aborda a educação não separa campo ou cidade, tendo em vista que na época a grande maioria das pessoas moravam na área rural e poucos na área urbana. De acordo com NASCIMENTO, (2011).

[...] Para dar conta de gerar uma lei específica para a instrução nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada premente pelos parlamentares. Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas [...]

No sex. XIX as escolas apresentam péssimas condições de funcionamento, não era estimulante para quem a frequentava, uma vez que, não era interesse dos governantes alfabetizar ou instruir intelectualmente a classe menos favorecida, enquanto que as escolas nos centros urbanos eram para os filhos dos fazendeiros, os pobres do campo não tinham esse direito.

Após a decadência do café, surge a era Vargas em 1930 com uma proposta de mudança, tendo em vista que era preciso investir em uma economia que proporcionasse o progresso e desenvolvimento do país, e que se equiparasse a outros em desenvolvimento no mundo.

Neste período houve uma grande mudança na educação com o surgimento do Manifesto Lançado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da

Educação Nova tem sido fonte de estudos historiográficos sobre educação em que a prioridade era a industrialização e a preparação dos jovens para o trabalho, surge aí o tecnicismo da educação, enquanto que a educação do campo continuava sem alteração alguma, o jovem urbano era lapidado para o trabalho.

Com a expansão do ensino profissionalizante, em 1942, surge Leis Orgânicas, que são seis Decretos que determinam o ensino primário, secundário, industrial, comercial e agrícolas, porém, são excludentes a quem morava no campo, pouquíssimos lugares foram beneficiados com essas medidas, em sua maioria quem estudava eram os filhos dos fazendeiros e latifundiários de cada região, enquanto os filhos dos trabalhadores continuavam agricultores analfabetos como seus pais.

Enquanto isso, em 1945 - com a deposição de Vargas, surgem novas formas de política de educação para o desenvolvimento, que mostram o início da redemocratização do país, que se fazia necessário ter como suporte a Lei de Diretrizes e Base de 1946 caracterizada por um espírito liberal e democrático, estabeleceu que caberia à união legislar com base em alguns princípios mínimos, determinada em seus artigos, LDB (1946).

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:
[...] III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes.

Diante do exposto o Estado transfere a responsabilidade pela educação da área rural para as empresas agrícolas, não ficando com responsabilidade alguma, enquanto isso, os sítios que não dispunham de nenhuma empresa, não tinham um sistema de educação sistematizado. Essa proposta só se tornou obrigatória no período de 1967 em plena ditadura militar.

Ainda no mesmo ano surge o Programa do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que tinha o intuito de alfabetizar os jovens e adultos da área rural de acordo com a Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana, proporcionando técnicas de leitura, escrita e cálculo, de incluir a sociedade, oferecendo uma melhor qualidade de vida. Segundo Corrêa (1979, p. 177 e 178), os objetivos gerais do Programa eram:

- propiciar o desenvolvimento da autoconfiança, da valorização da individualidade, da liberdade, do respeito ao próximo, da solidariedade e da responsabilidade individual e social;
- possibilitar a conscientização dos direitos e deveres em relação à família, ao trabalho e a comunidade;
- possibilitar a ampliação da comunicação social, através do aprimoramento da linguagem oral e escrita;
- desenvolver a capacidade de transferência de aprendizagem, aplicando os conhecimentos adquiridos em situações de vida prática;
- propiciar o conhecimento, utilização e transformação da natureza pelo homem, como fator de desenvolvimento pessoal e da comunidade;
- estimular as formas de expressão criativa;
- propiciar condições de integração na realidade socioeconômica do país.

Todavia, a vida no sítio continuava a mesma, o referido programa funcionava em casa de famílias, pois não havia escolas em todos os sítios onde o Movimento existia. O programa não contribuía para um processo educativo consciente, como era a proposta do Método Paulo Freire, mas apenas instrumentalizava para a presença as urnas no período eleitoral. Ler, escrever e assinar o nome era suficiente para manter sistema político de opressão e repressão vigente no período da ditadura

1.3. A Educação do Campo no Brasil da Nova República

Os movimentos Sociais tiveram uma participação muito importante no desenvolvimento do país, pois foi através de organizações não governamentais que leis passaram a ser cumpridas e tantas outras exigidas pela população de maneira organizada. Um desses movimento é a Comissão Pastoral da Terra

(CPT) que foi fundada em 1975 com o patrocínio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que defendia a terra e abominava a escravidão no campo já denunciada nos anos 70.

O Brasil vivia uma conjuntura de duras lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Como parte desse contexto, nos anos 80 surge o Movimento dos Sem Terra – MST, nessa década em meio as “Diretas Já”, o MST realizou o 1º Congresso Nacional em Curitiba com a palavra de ordem: “Ocupação é a única solução, neste mesmo período o o Governo José Sarney aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária, priorizando o Estatuto da Terra e Promover a Reforma Agrária até o fim do seu mandato, mas na verdade tudo ficou no papel. Com isso, os movimentos tomam seus espaços partem para novos assentamentos.

O movimento tinha o objetivo de que todos os direitos do homem do campo fossem respeitados, direito a terra, a alimentação, a educação com dignidade, ser reconhecido com sua cultura e seus valores. Para TITON, (2006, p. 76).

Os movimentos sociais organizados, tendo sua maior expressão no MST, há algum tempo vêm discutindo e atribuindo prioridade à educação. O MST, principalmente, através de seu lema: ‘Ocupar, resistir, produzir e preservar’ compreende que para dar concretude ao seu lema é necessário tanto a luta pela terra como a luta pela educação, entendendo que o processo de formação humana não se encerra na escola, mas que no atual estágio de desenvolvimento social, a escola assume papel destacado nesse processo de formação.

A formação do indivíduo deve acontecer de maneira informal e formal, para que a escola não assuma todas as responsabilidades, ela prepara o aluno tendo como base o saber sistematizado, enquanto que a família e os movimentos sociais preparam para vida e contribuem no processo de formação social de maneira informal.

É válido transcrever aqui documento elaborado por um grupo de pessoas de quinze comunidades rurais e sete sindicatos rurais durante o III Encontro de Comunidades Rurais de Santana de Ipanema e Senador Rui Palmares, AL. No ano de 1984, citado por MENEZES (1997, p. 35)

(...) queremos que a educação de nossos filhos seja dada baseada em nossa realidade, respeitando a cultura do homem

do campo. Precisamos de escolas que preparem os nossos filhos para viverem no campo e dele tirar o seu sustento. Nos entristece o sistema de ensino atual que tenta preparar os nossos filhos para viverem na cidade, e na cidade muitas vezes não conseguem se manter e nem têm mais coragem de voltar ao campo, produzir e empregar os conhecimentos acumulados na mente, pois já é um industrial ou comerciante. Isso é um absurdo. É preciso modificar este sistema de ensino. É preciso ajustá-lo a realidade dos nossos dias.

Essa citação demonstra que, os camponeses, já na década de 1980, ao mesmo tempo em que existe o desejo pela educação escolar, também existe a recusa ao modelo imposto pelo Estado.

Com o surgimento do Movimento dos Sem Terra - MST as discussões acerca da Educação do Campo se intensificaram, e as propostas se baseavam em uma educação do campo como meio de garantir uma educação de qualidade as crianças e jovens dos assentamentos, vindo se consolidar com uma nova Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 9.394/96, com novas abordagens que favoreciam o homem do campo, como aspecto inovador.

A LDB de 1996, desmembrou a escola rural da escola urbana, oportunizando a quem morava na área rural um ensino básico dentro da realidade vivenciada por todos. Para (CALDART; CERIOLI; FERNANDES, (1998, p. 83).

[...] uma educação básica do campo voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo as suas diferenças históricas e culturais, para que vivam com dignidade e que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação

O desenvolvimento sociocultural de um povo deve ser preservado para que faça parte da sua história e a Lei de Diretrizes e Bases tem esse propósito, ao mesmo tempo em que abre espaço para que os Movimentos Sociais busquem uma educação do campo de qualidade e inclusão a todos da área rural.

Os movimentos sociais como o MST, buscavam uma escola que se tornasse parte integrante da vida dos moradores do campo, principalmente nos “assentamentos”, lá existem crianças e jovens ou famílias completas e vivendo em péssimas condições e sem escola. Mesmo com a LDB, se faz necessário a realização de programas que venham a subsidiar a Lei maior, e é nessa perspectiva que surge nos assentamentos a vontade de experimentar no Brasil

o que dera certo em escolas do campo em outros países, a Pedagogia da Alternância.

1.3.2. ASPECTOS FORMAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO COTIDIANO

O contexto educacional sempre foi comentado e discutido em todas as esferas do país, seja na continuidade de seus ideais como também nas mudanças acontecidas nos últimos anos, em especial quando se trata das lutas dos movimentos sociais e sindicais se fortalecendo no período da ditadura militar.

Essa luta proporcionou o anseio por uma democratização que envolvia direitos constituídos de camponeses, ribeirinhos dentre tantos outros moradores da área rural, para isso se efetivar se fazia necessário a abertura de leis que viessem beneficiar a comunidade do campo, oportunizando a participação nas políticas públicas e que as leis já elaboradas contemplassem quem mora em lugares afastados dos centros urbanos.

As constantes lutas dos movimentos sociais na década de 80, é que se tornaram muito importantes naquele período, tendo em vista que o país passava por um processo de transição entre governos, pois se tratava do fim da ditadura militar e ascensão de uma democracia, deixando uma população carente de liberdade e ansiosa pela mudança de leis que viessem beneficiar a nação, em especial a educação do campo.

Diante do contexto, observamos as considerações feitas pelo Ministro da Educação com relação a Educação do Campo, vemos que ela precisa de ações voltadas a realidade, partindo de situações vivenciadas pela comunidade rural, fazendo com que o estudante seja sujeito do processo de ensino aprendizagem.

A Educação do Campo por mais que esteja inovada deve estar de acordo com os procedimentos das Diretrizes Nacionais, por isso, que as discussões dos movimentos sociais, sindicais, e religiosos buscavam condições que oportunizassem a permanência de programas ou políticas públicas no campo.

A educação do campo quando oferece ao aluno a oportunidade de desenvolver suas atividades no seu lugar de origem e lá mesmo estudar, ela

unifica saberes – teoria e prática, fortalece a união entre alunos, família, escola e comunidade proporcionando o intercâmbio da economia dos agricultores. Dessa forma o Artigo 4º aborda:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A universalização dos parâmetros educacionais faz com que a educação do campo não esteja fora dos avanços tecnológicos e sociais, porém, disponível aceitação, ou seja, não se isolar nos seus programas, mas se adaptar a essas inovações, respeitando a diversidade rural e ampliando seus conhecimentos.

A universalização do conhecimento oportuniza os pensadores a elaborar novas propostas pedagógicas que venham subsidiar o desenvolvimento do ensino voltado ao trabalho do campo, respeitando seus valores e costumes, como enfatiza a LDB (1996).

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Diante da diversidade existente, é preciso que os governos incentivem a permanência do estudante do campo, proporcione condições de vida com qualidade, ofereça manutenção de uma agricultura familiar com base na economia local com recursos agro-industriais, e uma educação que seja baseada na realidade de um povo que precisa vencer e trocar experiências com outros povos, para que assim, se tornem referência na sua educação e na sua forma de vida.

A educação para a população rural está prevista no artigo 28 da LDB, em que ficam definidas, para atendimento à população rural, adaptações

necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região, definindo orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

De acordo com a LDB no seu Art. 28, percebemos que é a lei que está mais próxima do cotidiano do trabalhador rural, e isso não significa que a sua promulgação não foi simplesmente porque deputados queriam beneficiar a área rural, mas sua existência se deve as grandes batalhas e sofrimentos dos membros que faziam parte dos Movimentos Sociais como o MST e a Pastoral da Terra que era ligada à Igreja Católica. Essa luta se dava em primeiro lugar pela posse da terra, condições de trabalho e subsistência, educação e qualidade de vida.

É com este propósito que a educação contribui para renovar e transformar vidas no campo, além de promover a permanência da cultura dos valores das famílias da comunidade proporcionando o conhecimento mútuo entre seus habitantes como sujeitos pertencentes a terra.

II. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A história das comunidades rurais vai além de um programa de políticas públicas ou da Pedagogia da Alternância, mas um trabalho que vise a coletividade com participação direta da comunidade local, favorecendo os programas que tomam uma dimensão que atenda aos interesses da população do campo.

Os movimentos sociais do campo e Organizações não Governamentais na década de 1990 os movimentos pela educação do campo se intensificaram, através de estudos, reflexões exigiam as regulamentações de políticas públicas

e como essas poderiam ser implantadas na área rural e beneficiar não só área do campo, mas também a educação de maneira geral. Com esse propósito a LDB de 1996 traz abordagens significantes que poderia ser analisada e incrementada pela Pedagogia da Alternância. ARROYO, (1999 p. 09) coloca que:

(...) os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores.

Os movimentos sociais muito contribuíram para o desenvolvimento e implantação da Pedagogia da Alternância em todo o país, sempre buscando alternativas para a melhoria da qualidade de vida da família do campo, em especial quando se trata da agricultura familiar e seus benefícios para a economia local.

A agricultura familiar se diferencia de propriedades de grande porte, pois ela ocupa um espaço menor onde as famílias discutem em associações, entidades não governamentais e está numa situação agrária ou terras de pequenos agricultores, podendo ter até 02 empregados permanentes ou recorrer a ajuda de outros que vivam exclusivamente da exploração agropecuária existente no ambiente em que vivem ou em seu torno.

A fonte de renda do campo tem como base a agricultura, essa deve servir para sobrevivência da família local e para ser comercializada em outros lugares, fortalecendo assim, o programa desenvolvido na comunidade do campo.

Atualmente os moradores do campo não se limitam simplesmente ao desenvolvimento do campo em si, ou seja, os moradores buscam inovar com as novas tecnologias, por isso precisa sempre de ajuda dos programas das políticas públicas para contribuir no desenvolvimento das ONGS, Associações, Casas de Familiares, Escolas Agrícolas.

Os movimentos sociais estão sempre negociando com os governos para que viabilizem melhoria no campo, tendo em vista, que a grande preocupação é a migração dos moradores para os centros comerciais ou cidades diversas em busca de emprego, o que em sua maioria terminam nas periferias das cidades-

O homem/mulher do campo enraizados com sua cultura e tradição incentiva o filho (a) para permanecer no ambiente de origem, para não se tornar mais um a viver em condições precárias nas periferias das cidades. Para DOLORS (2001, p. 08).

Apesar das diversidades de problemas que enfrenta o homem do campo tem demonstrado um grande potencial produtivo. Pois ele é o principal responsável pelo abastecimento dos mercados locais e regionais de alimento, porém, apesar de ser a população que mais produz é uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país na produção do campo, tem sido desprezada pelo poder público.

Na busca de qualidade de vida os agricultores do campo que atuam na Pedagogia da Alternância, buscam minimizar esse índice através de atividades práticas e teóricas que ajudem os adolescentes e jovens a permanecerem no campo com o apoio da família.

A Pedagogia da Alternância está presente nos cinco continentes e em trinta países, com uma mesma concepção: a responsabilidade e o entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global de seu meio.

Daí a necessidade de aprofundarmos um tema tão importante no nosso meio e pouco discutido nos segmentos educacionais do país, o que se torna um desafio para o ensino regular, pois a área do campo em sua maioria continua com o Ensino Fundamental que é o mesmo da área urbana.

2.1. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ORIGEM E EXPANSÃO

O programa da Pedagogia da Alternância surgiu na França, em 1935, denominado de modelo Escola Família Agrícola. Foi criado por iniciativa de um grupo de famílias residentes do meio rural, que propunham uma formação profissional aliada a uma educação humana para seus filhos em que fossem sujeitos do processo de ensino aprendizagem e profissional na própria comunidade.

O programa teve apoio de um padre que ofereceu sua paróquia para os estudos dos jovens da comunidade, além de um técnico agrícola que acompanhava o trabalho na escola e conseqüentemente na propriedade.

Conforme bibliografia consultada, no ano seguinte já havia três inscritos e passou para 17 jovens. Dois anos depois se espalhou de tal forma que as famílias da comunidade em torno ficaram interessadas em matricular seus filhos naquela escola da alternância, formando assim, uma turma com 40 alunos. Conforme RIBEIRO (2006 p. 2)

Neste tempo/lugar fariam um curso de agricultura por correspondência e, junto com este curso, receberiam uma formação geral, humana e cristã, orientada pelo padre. Assim nasce a Pedagogia da Alternância, onde se alternam tempos/lugares de aprendizado, sendo uma formação geral e técnica em regime de internato, em um centro de formação, e um trabalho prático na propriedade familiar e na comunidade.

Com a aprendizagem do curso o jovem agricultor aprende a teoria que é vivenciada na comunidade local, acontecendo um intercâmbio de conhecimentos, a troca de experiências entre o mediador e o aluno resulta nos benefícios de uma agricultora promissora para as famílias, tendo como base a economia dos moradores assistidos pela Pedagogia da Alternância.

Em 1937 a comunidade rural de uma cidade francesa de nome Lauzum comprou com recursos próprios a primeira casa que servira como escola agrícola para os alunos inscritos no espaço da paróquia.

O incentivo da família do campo, proporcionou naquela época um grande desempenho dos jovens agricultores em frequentarem a escola, permanecerem no campo e servirem de exemplo a outras comunidades.

A Pedagogia da Alternância se expande a outros países com a mesma filosofia de estudo, de acordo com RIBEIRO (2006)

Em 1942, durante a ocupação alemã, na 2ª Guerra Mundial, organizou-se a Union Nationale de las Maisons Familiaes Rurales (UNMFRs), na França, que se institucionalizou como movimento para coordenar as MFRs, influenciando para que estas se tornassem organizações cooperativas com bases locais e assumissem sua responsabilidade no funcionamento dos centros de formação. A partir de 1945, ocorre um processo de expansão das MFRs pela Europa, África e Oceania, dando origem a uma destaca, na expansão das EFAs no Brasil, a presença forte de lideranças religiosas.

As lideranças religiosas tiveram uma participação muito grande na Pedagogia da Alternância, tinham objetivos de conscientizar os fiéis não só no cristianismo mas também na luta pela melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, pois alguns religiosos faziam parte de pastorais da terra, e incentivam os movimentos sociais pela luta de igualdade e fraternidade entre os povos.

2.2. A Pedagogia da Alternância no Brasil

Há muitos anos que a Educação do Campo apresenta problemas dentro da proposta educacional, pois o ensino regular determina regras e normas distantes da realidade da área rural e por muitas vezes o aluno frequenta a escola pública até o Ensino Fundamental Menor, e passando o resto dos anos no seu lugar de origem. Porém, quando esse vem a dar prosseguimento aos seus estudos, precisa deixar o campo e ir para a cidade, o que nem sempre é tarefa fácil, visto que enfrentará problemas de diversas ordens.

Os jovens do campo que vão estudar na cidade enfrentam dificuldades, principalmente por perceber que o período de férias ou recesso não está de acordo com o período de plantio e colheita no campo.

Ao analisarmos as leituras feitas durante este processo de estudo, percebemos que a Pedagogia da Alternância tem uma proposta voltada ao homem do campo para que ele permaneça na sua comunidade e contribua no processo de desenvolvimento dos moradores do campo, é a busca pela qualidade de vida de um povo, que desde sempre foi esquecido pelos programas sociais e pelas políticas públicas.

A Pedagogia da Alternância chega ao Brasil diferenciada da abordagem francesa, pois os sistemas de governo entre os países não se igualavam, era preciso ajustar a realidade em que o Brasil passava naquele momento de ditadura militar e a expansão dos movimentos sociais, não só pela questão da educação rural, mas de conscientização de um povo reprimido e esquecido pelo poder político. De acordo com PESSOTTI, (1978).

A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito

Santo (MEPES), o qual fundou as então Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural Rural de Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia, essa última no município de Anchieta. O objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico.

Atualmente no Brasil existem diversas escolas com o método da Pedagogia da Alternância, as mais conhecidas são as desenvolvidas pela CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternâncias e Casas Familiares Rurais - CFRs e EFAS – Escolas Famílias Agrícolas, todas com propósitos idênticos que é manter o agricultor jovem no seu lugar de origem. Daí a necessidade de uma educação próxima a realidade do agricultor/camponês, para CALVÓ (1999, P. 17).

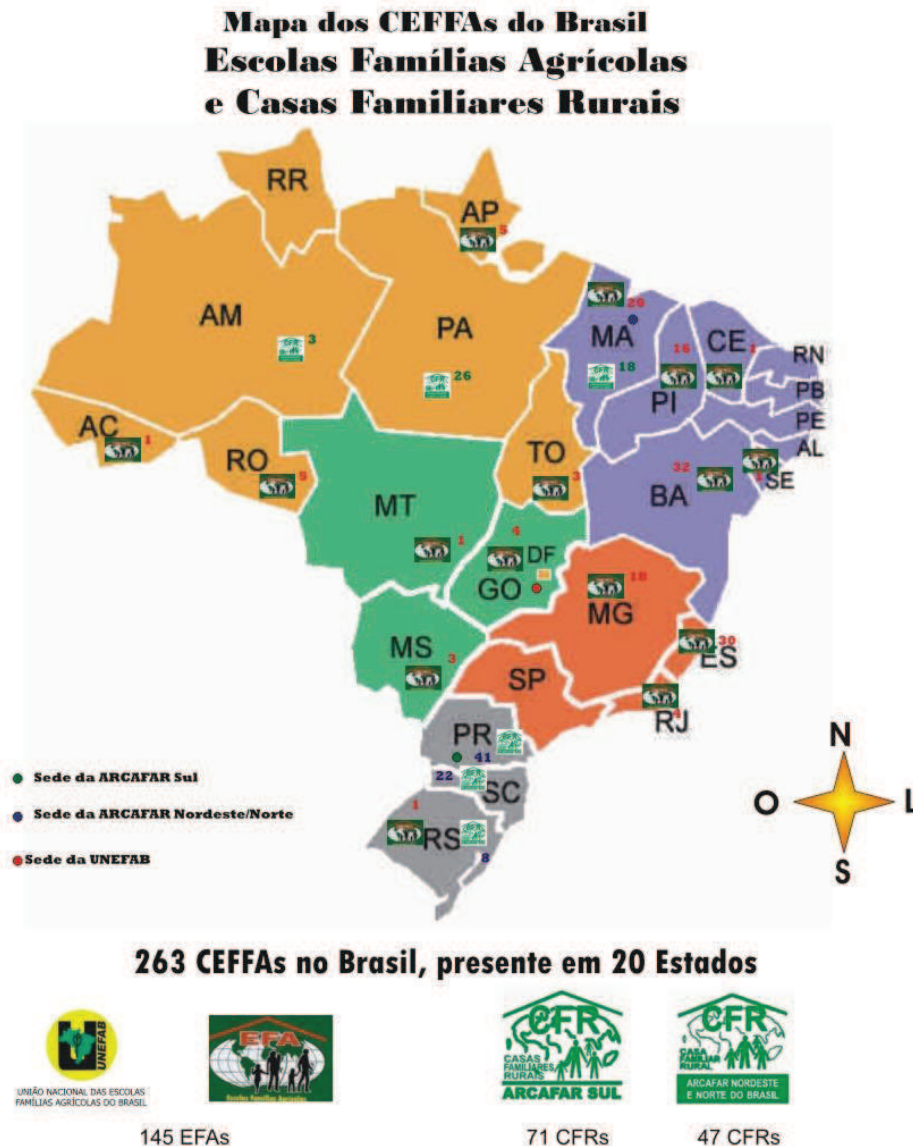
Uma Associação de Famílias, pessoas e Instituições que buscam uma formação comum, da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação principalmente dos jovens sem excluir os adultos. O objetivo consiste em facilitar os meios e os instrumentos de formação adequados ao crescimento dos educandos que são os principais protagonistas da promoção e do desenvolvimento integral e todo o processo de formação.

As associações, centros e escolas, facilitavam a formação dos jovens do campo, além de preparar os professores a adaptarem seus conhecimentos com base na realidade rural, valorizando a cultura e valores dos camponeses.

No desenvolvimento de nossa pesquisa bibliográfica, não detectamos a aplicação desse método nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil em nível do ensino fundamental, enquanto que em todas as outras regiões existem CEFFAS, EFAS em todos os estados, totalizando 263 em todo o país.

O mapa abaixo apresenta a distribuição dos CEFFAs do Brasil, com a disposição das EFAs filiadas aos regionais associados à UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil e as CFR - Casas Familiares

Rurais ligadas a ARCAFAR-Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul - e ARCAFAR Norte/Nordeste.



Fonte: EPN/CEFFAs - Outubro de 2009

Dentre as regiões que apresentam o maior número de CEFFAs, a Norte se destaca com 86 instituições, seguida pela região Sul com 68, na Sudeste 47, Nordeste 34 e a Centro-Oeste com 8 (UNEFAB, 2007).

As regiões apresentam números de Centros de Educação dos Familiares em todo o país graças aos movimentos sociais e sindicais, principalmente nas terras que foram desapropriadas pelo INCRA - Instituto Nacional de colonização e reforma agrária, órgão vinculado ao ministério da agricultura do Brasil. Nessas

terras se formaram os assentamentos e em sua maioria é implantado o Programa Pedagogia da Alternância.

Para Caldart (2000, p. 55) se faz necessário recuperar a visão da educação como formadora humana a Pedagogia da Alternância tenta unificar a escola com o cotidiano do estudante, tornando assim, parte integrante da formação desse aluno e inserindo na sociedade como sujeito da sua própria cidadania.

Partindo da União das Escolas Agrícolas (UEAS) do Brasil surgiu a UNEFAB em 1982 com intuito de expandir a proposta pedagógica para outros estados que não a conhecia, principalmente onde os Movimentos Sociais eram presentes, em especial MST- Movimento dos Sem Terra.

Importante ressaltar que parte do MST era assistido pela Igreja Católica, que apoiava com roupas e alimentação e formação, por isso, facilitava sua expansão a cada momento, pois em cada lugar tinha padres que aderiam ao movimento, e contavam com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs que tomou um grande espaço em todo território nacional, e desta forma houve um fortalecimento das comunidades rurais e conscientização dos jovens, para isso, acontecia formação de CEBs com intuito de preparar liderança políticas e militantes da igreja e dos movimentos sociais.

Nos assentamentos, nas comunidades rurais que aderiam ao Programa da Pedagogia da Alternância favorecia uma pratica pedagógica voltada ao ensino dentro da própria comunidade.

O jovem participante de movimentos sociais e integrante do método Pedagogia da Alternância se tornava um formador de opinião da proposta pedagógica e consciente do seu papel na sociedade. SANTORI (2008, p. 08) comenta que é:

[...] É fundamental para os jovens tornarem-se protagonistas capazes de promover discussões nas suas comunidades, problematizando em suas localidades a necessidade de construir um novo conhecimento que proporcione desenvolvimento e a concretização dos projetos que melhore a qualidade de vida no meio rural.

O conhecimento era vivenciado por todas que faziam parte da comunidade, pois enquanto o jovem estava na escola, os seus pais estavam na roça, mas quando esses se encontravam vivenciavam realidades próximas, a teoria e a prática, além do filho poder participar diretamente do trabalho no campo, como o plantio, colheita, campinar (limpar o mato) dentre outras atividades rurais.

De acordo com leituras sistematizadas, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), Casa Familiares Rurais (CFRs) e entidades populares no ano de 2003 fizeram uma grande mobilização, a fim priorizar o Ensino Médio Profissionalizante agrícola, para ajudar o jovem do campo a se capacitar e trabalhar dentro da sua área específica e assim realizar sonhos que antes eram impossíveis.

Com as reivindicações das entidades não governamentais em 24 de maio de 2005 surge no Maranhão numa cidade chamada de Lago do Junco no estado do Maranhão a Associação do Centro Familiar de Formação por Alternância de Ensino Médio e Profissionalizante, com a finalidade de criar um CEFFA para prosseguir com a formação em Técnico em Agropecuária aos jovens que tiveram uma vivência nas EFAs e CFRs

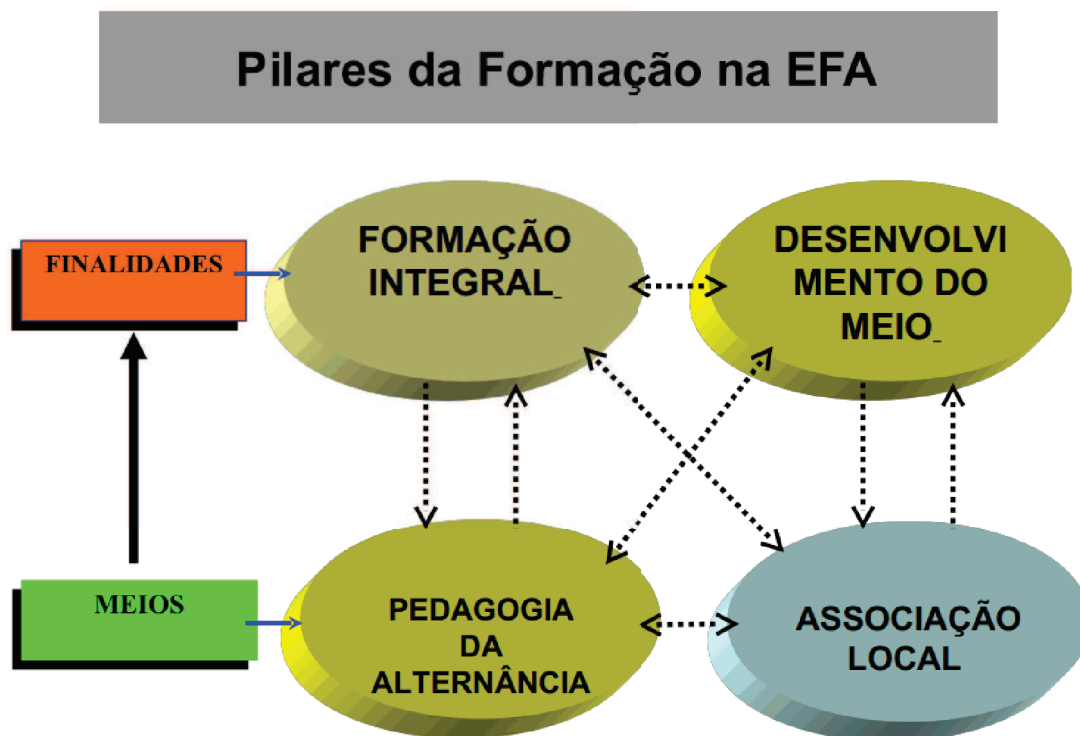
As escolas agrícolas de Nível Médio trouxeram uma nova esperança para o jovem do campo. Poder atuar no campo com qualificação profissional se tornava uma realidade.

Os alunos sujeitos com essa perspectiva da sua própria história se torna parte integrante de um processo de construção, líderes, militantes de movimentos sociais e preparados para enfrentar a vida do campo, sem necessariamente saírem do seu lugar.

Com toda essa dimensão de estudos com a finalidade de preservar a cultura e o conhecimento do campo, as famílias estão presentes em todo o processo de desenvolvimento de aprendizagem dos filhos, seja acompanhando na escola ou quando estão no período de permanência em suas residências, pois esse estudo é alternado para não atrapalhar o plantio e a colheita existente na área rural e não afastar o aluno de seu meio.

2.3. OS PILARES DA EDUCAÇÃO DA EFA

Conforme bibliografia visitada, a Pedagogia da Alternância apresenta quatro pilares a serem seguidos nas EFAs ou CEFFAs, conforme apresentamos em gráfico abaixo:



Fonte: pesquisa na internet em 07/05/2014

Os pilares são eixos com funções que deverão ser seguidas durante todo o processo de escolarização dos estudantes e da família, para que assim os resultados sejam satisfatórios e as dificuldades superadas.

Em leitura feita em site sobre os Pilares da Educação da EFA que constatamos que “Seria uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres de estágios, ex-alunos e membros da associação formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento da escola, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia”.

Cada pilar tem sua importância no processo de desenvolvimento da Pedagogia da Alternância, e estão interligados entre si, além de estarem em consonância com a LDB.

A Associação Local – este aspecto está relacionado as entidades não governamentais como: igrejas, associações, poder público, cooperativas, envolvimento das famílias, fortalecendo os laços familiares entre escola e comunidade e isso está previsto no Título IV “Da organização da Educação Nacional”, BRASIL (1996).

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996)

A participação da comunidade escolar é fundamental nas escolas do ensino regular, e nas EFAS se torna imprescindível, para deliberar as discussões, encaminhamentos as instituições e resoluções de ações e metas a serem desenvolvidas pelas entidades do campo.

2. Pedagogia da Alternância, está representada no aspecto metodológico pedagógico, ou seja, a escola é o centro de formação que proporciona a ação - reflexão-ação do jovem estudante, ele tem participação direta dentro do programa com a execução de ações do campo, refletindo sobre seu processo de desenvolvimento e novas ações a serem desenvolvidas.

3. Formação Integral, neste aspecto todos os envolvidos são conscientes que se faz necessário dedicação ao programa, participação e envolvimento.

4. Desenvolvimento Local, este pilar envolve os três anteriores, a comunidade local, o programa Pedagogia da Alternância, formação integral, tendo em vista que o sucesso da Pedagogia da Alternância só acontece se estes quatro pilares estiverem desenvolvidos e aplicados conjuntamente.

Conforme BACHELARD (1994), a alternância no contexto sócio educacional é a busca de adaptação de um sistema educativo, como pedagogia

da ruptura, para se contrapor as determinações do Currículo Nacional e normas impostas.

Podemos observar que as ações do poder público para a educação do campo ainda são incipientes para minimizar o índice de analfabetismo, pois de acordo com os dados do IBGE, a taxa de analfabetismo continua maior na zona rural do que na zona urbana, observando os maiores de 10 anos, o percentual de analfabetos nas cidades passou de 9,6% em 2000 para 6,8% em 2010. No campo, nesses 11 anos, o índice caiu de 27,7% para 21,2%. No mesmo período, entre as pessoas de 10 a 14 anos, a redução do analfabetismo no campo ocorreu de forma mais acentuada. Passou de 16,6% para 8,4% - queda de 49,39%. Nas cidades, dentro da faixa etária no período, o percentual de analfabetos caiu de 4,6% para 2,9% - redução de 36,95%.

Diante do exposto, os dados são oriundos de pesquisa, mas se faz necessário mencionarmos que existem os analfabetos funcionais que continuam em grande quantidade no campo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2008) apurou que, em 2007, 23,3% da população rural era formada por analfabetos contra 7,6% da população urbana, ou seja, existiam três vezes mais analfabetos no campo do que na cidade. Ainda, se faz importante salientar que esses dados excluem as populações rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, se fossem evidenciados o número aumentaria.

Observando a realidade do campo, é perceptível que os jovens têm dificuldades em estudar nos grandes centros e voltar para seu lugar de origem como agente multiplicador do conhecimento, ou seja, se ele sai da sua tradição, em sua maioria perde suas raízes e não volta para servir de exemplo para a comunidade local.

O Programa Pedagogia da Alternância apresenta limitações na área campesina, pois não é toda área rural que apresenta o programa de ensino Pedagogia da Alternância, como também alguns estados do Brasil ainda desconhece, principalmente no Nordeste, enquanto que os estados têm como referencial teórico e metodológico da escola família agrícola, que prioriza a formação técnica agrícola, com preocupação na formação humana, lideranças, proporcionando o diálogo coletivo e educativo.

A Pedagogia da Alternância surge como uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida, através de um ensino que prioriza a participação das famílias rurais no desenvolvimento agrário e educação dos filhos.

Conforme Gimonet (2007, p107), Essa é uma Pedagogia, que possui metodologia própria de ensino a qual oferece aos jovens agricultores conhecimentos teóricos e práticos, ligados a sua realidade, com sucessivas alternâncias entre a Casa Familiar Rural e a propriedade, o seu meio sócio profissional. Tem como finalidade uma formação integral, humana, social e técnica, valorizando suas características, suas capacidades, sua experiência de vida e busca também contribuir no desenvolvimento do meio familiar, social, profissional, cultural e ecológico, tendo em vista que a pedagogia da alternância está centrada na pessoa e no desenvolvimento do seu meio situando o educando como sujeito-ator de sua formação, que aprende, pesquisando e construindo.

A família, a escola, a comunidade, ou seja, todos que vivenciam a formação do sujeito alternante, partilham as práticas advindas desse meio e que vão acontecendo ao longo desse processo. Busca-se através dessa partilha, um melhor aprendizado, no qual a organização de diversas ideias e saberes acabam por provocar e aguçar ainda mais a curiosidade e a procura por mais informações

A autêntica alternância escola-trabalho não é uma simples justaposição destes dois elementos, mas supõe sua interação refletida: a escola se vê enriquecida pelo trabalho, e o trabalho pela escola. Esta concepção é sem dúvida o elemento característico dos sistemas pedagógicos baseados na alternância: uma concepção criadora. (Cf. ROUILLIER, 1980, p.45).

A escola prepara para vida, e na vida o ser humano necessita do trabalho, por isso, se faz necessário ambas caminharem no mesmo seguimento, estimulando alunos a se capacitarem e melhorarem suas habilidades.

A prática da Pedagogia da Alternância permite uma formação integral, humana, priorizando o desenvolvimento sustentável, com ênfase em capacitações profissional dentro da área do campo, valorizando os saberes já existentes e capacitando outros, formando de maneira crítica social, conscientizando sobre a dignidade e o quanto é responsável pela natureza e pela vida e pela partilha no meio em que está inserido.

As pessoas precisam acreditar no meio rural como um espaço de vida e de existência digna, para isso é necessário que a escola desempenhe uma função

que é a valorização do espaço, do trabalho e do modo de vida das famílias rurais, sem que, com isso, se negue os benefícios dos avanços tecnológicos para essa população e que fazem parte, hoje, do conforto, comodidade e entretenimento, não sendo mais necessário migrar para ter esse direito.

Comungamos com Saviani (2008) quando este afirma que a Educação Popular deve ser considerada no sentido de uma educação do povo, e para o povo, ou seja as pessoas são parte integrante do processo educativo da comunidade, fazendo uso de tecnologias sem necessariamente evadir do seu lugar.

As inovações tecnológicas fazem parte da vida das pessoas e o campo não fica distante dessa realidade sem haver necessidade de se ausentar da sua localidade para poder possuí-los. É por esta razão que GIMONET (2007) afirma:

Uma verdadeira alternância não sobrevive sem uma abertura da escola para o mundo exterior, orientada pela busca permanente de incorporar e reconstruir no processo de formação dos alunos os conhecimentos historicamente criados e recriados nas lutas e vivências das famílias, de suas organizações e seus movimentos.

É nessa articulação entre escola, família e contexto sócio-político que encontramos a essência de uma alternância integrativa. Além disso, essa combinação do projeto de formação com a realidade das lutas e movimentos sociais é que fornece sustentação tanto ao princípio da alternância como instrumento de desenvolvimento da comunidade rural, evitando assim, a continuidade do êxodo rural em vários lugares do país. Dessa forma é preciso enfrentar os problemas do campo com propostas inovadoras através de uma conscientização junto a população rural no aspecto da cidadania e sobrevivência na sua comunidade, para SILVA (2008, p. 112).

Em se tratando de enfrentamentos, a prática educativa das Casas Familiares Rurais apresenta inúmeras possibilidades. Vivenciam a democracia e a solidariedade, aspectos imprescindíveis para uma vida em comunidade, incentivando as práticas de economia e de sobrevivência na comunidade do campo.

É imprescindível que os habitantes aprendam a conviver com suas dificuldades tirando proveito para a sua manutenção diária, dando significado a sua vida e buscando mudanças expressivas no seu meio, em especial no aspecto tecnológico que deverá ser ajustado a sua maneira de viver.

Convém, entender que o aspecto apresentado na pluralidade é necessário situa-lo no contexto das mudanças sociais, levando em consideração todos os avanços tecnológicos e os moradores do campo devem conquistar e aprimorar seus conhecimentos, adaptando-se a modernização que hoje não tem mais fronteira. É por isso, que o Programa Pedagogia da Alternância incentiva o jovem estudante do campo a ultrapassar os limites, atravessa demarcação sem sair do seu lugar, mas procurando viver de acordo com o que lhe é determinado com uma participação integral no seu processo de desenvolvimento intelectual e social.

Diante de toda uma abertura vivenciada no seu cotidiano o jovem precisa se pautar em leis que venham lhe beneficiar enquanto cidadãos, aproveitando oportunidades de melhoria sua capacidade intelectual, financeira e social.

2. 4. A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

O Programa da Pedagogia da Alternância como qualquer outro tem seu processo de avaliação, o que se faz necessário para garantir o desenvolvimento do aluno e ao mesmo tempo proporcionar o planejamento de novas atividades, tendo como base a reflexão e a análise dos dados coletados sobre as dificuldades e avanços apresentados. Para GIMONET (2007).

A avaliação, no sentido da apreciação, da correção e da melhoria representa um componente de qualquer atividade de formação, seja de um Plano de Estudo, de um relatório de estágio, de um relato de visita, de um exercício, de uma exposição.

A avaliação de maneira geral nos dá suporte para analisar os avanços obtidos, o que o professor deve observar é se sua prática pedagógica está condizente com a forma de como deve aplicar as atividades.

Enquanto que o ensino regular tem toda essa preocupação com o tipo de avaliação exigida ou aplicada nas escolas públicas e particulares, a Pedagogia da Alternância tem o seu diferencial na forma de avaliar os seus estudantes.

De acordo com as avaliações determinadas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) as escolas realizam as avaliações internas e externas.

Considera como avaliação interna o acompanhamento sistemático ao desenvolvimento do aluno, sua aprendizagem, avanços contínuos ou dificuldades durante todo o processo de estudo.

A avaliação externa possibilita o monitoramento da qualidade da educação pública, através de um diagnóstico promovido pelas políticas públicas, utilizando os resultados do censo escolar através dos índices, como foco na identidade da escola.

Dessa forma, alinham o currículo e a avaliação, determinando a proposta a ser avaliada, em seguida elaboram a matriz, constroem itens, pré-testes desses itens e análise estatística e pedagógica dos itens, montagem de cadernos, aplicação dos instrumentos, produção e divulgação de resultados.

Avaliar dentro de um novo paradigma requer atenção aos princípios da valorização do saber e ao mesmo tempo despertar o desejo pela melhoria do ensino e pelas habilidades dos alunos, refletindo sobre determinada realidade a partir de dados e informações emitindo julgamento que proporcione uma ação. De acordo com GIMONET (2007), “toda avaliação constitui um ato pedagógico carregado de sentido”.

É preciso acompanhar todo o processo de desenvolvimento do ensino dos estudantes, não só atribuir notas, pontos, classificação, mas interagir com eles, buscando mecanismo que venham subsidiar a aprendizagem.

A avaliação nas EFAs prioriza a verificação do desempenho das atividades práticas do cotidiano do aluno, sua convivência com sua família, os monitores e a auto avaliação. Interessante ressaltar, que no ensino regular os professores não são avaliados pela comunidade escolar, enquanto que na Pedagogia da Alternância todos que fazem parte são avaliados com intuito do melhor desenvolvimento do programa, da comunidade, dos alunos e da família.

Partindo deste pressuposto, observamos que a escola do campo apresenta uma função social que vai além das escolas convencionais, pois ela

não se preocupa simplesmente com o espaço físico para estudo ou repasse de conhecimento, ou uma escola fechada com muros altos, mas prioriza a liberdade do aluno, a troca de experiência com outros estudantes e com a família, oferecendo o intercâmbio de conhecimento entre todos os envolvidos, por isso, em processo de avaliação não é só o aluno que é avaliado mas o seu monitor também faz parte desse processo. GIMONET (2007) explica que:

A avaliação faz parte de qualquer processo de aprendizagem. Deste modo, ela é um componente de qualquer Plano de Formação. Ela é uma atividade pedagógica de grande importância para o alternante e para o monitor. Para este último, ela representa uma atividade delicada pelos efeitos que pode produzir: dinamizar e propulsar ou aniquilar e expulsar. Por isto, desenvolver com sucesso e compreender as avaliações, tanto do ponto de vista do alternante quanto do monitor, supõe perceber-lhe o sentido e os objetivos e adotar as atitudes apropriadas para que se tornem pedagógicas e educativas.

As atitudes são importantes para que os alunos se auto-avaliem, pois assim, eles se sentem parte integrante desse processo, e não como passivos de aceitação de notas ou retenção de anos de ensino. No Programa Pedagogia da Alternância todos os participantes são avaliados e avaliam outros de forma contínua, para que assim, melhorem suas habilidades e progridam diariamente com perspectiva de um futuro promissor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos a Pedagogia da Alternância, elencamos alguns elementos que identificam a Pedagogia da Alternância a partir das CEFFAS, CFRs, EFFAS, não deixa a desejar com relação ao ensino regular determinado a nível nacional, nem distante da realidade urbana, tendo em vista que a modernidade está presente nos lugares mais longínquos, e a educação do campo não está fora desse contexto, mesmo apresentando mais dificuldade no aspecto do trabalho e

a falta de políticas públicas, apesar que vem melhorando nos últimos anos de maneira expressiva.

A Pedagogia da Alternância adotada no Brasil tem contribuído efetivamente para melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e a comunidade em torno, pois se trata de uma proposta democrática e participativa que envolve segmentos organizados da sociedade, como os movimentos sociais MST e a CPT, além dos simpatizantes que contribuem indiretamente dessa proposta. Ela está representada no aspecto metodológico pedagógico, com uma visão de futuro, mas com uma alternância de atividade, de acompanhamento técnico buscando para a família uma melhor qualidade de vida.

A participação da família é primordial no processo de ensino dos filhos, o que a Pedagogia da Alternância assegura o engajamento dos pais nos estudos dos filhos, buscando sua inserção dentro do conhecimento formal.

Mesmo sendo um estudo inicial, percebemos que a Pedagogia da Alternância busca capacitar os jovens do campo para que permaneçam na comunidade e se apropriem de conhecimentos oriundos das escolas agrícolas e possam ser agentes multiplicadores desse saber na própria comunidade e na família. Sendo assim, entendemos que o programa esta voltado não só para o repasse de conteúdos, mas formar cidadãos críticos, participativos e preparados para o trabalho rural, além de atuarem como militantes de movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. Educação Básica e Movimentos Sociais In: VV.AA. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 15-52, 1999.

BACHELARD, P. Apprendissage et pratiques d'alternance Paris: L'Harmattan, 1994.

CALDART, R. S. Escola é mais do que escola na: Pedagogia do movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALVO, Pedro Puig. Introdução: Centros Familiares de Formação em Alternância. In: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil –

- UNEFAB. Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador. 1999.
- CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2001.
- CORRÊA, A. L. Educação de Massa e Ação Comunitária. Rio de Janeiro, AGGS: MOBREAL, 1979.
- CORONA, Hieda Maria P. A Resistência Inovadora: A Pluriatividade do Sudoeste Paranaense. Tese (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.
- COTRIN, Gilberto. História e consciência do Brasil. São Paulo. Editora Saraiva, 1996.
- DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
- GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43.
- MARTINS, Josenei. Caderno de Estudos: Didática e Educação. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Indaial. Ed. Grupo Uniasselvi, 2009.
- MENEZES, Germana Alves de. Percepções dos trabalhadores rurais acerca da escola pública: Entre as lembranças do passado e a precariedade do presente – O caso de Campo Alegre de Lourdes, BA. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado, 1997.
- PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso 18 de junho de 2014.
- PESSOTI, A. Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado)- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1978.
- PRETTI, O., org. A Educação no meio rural: Limites e Possibilidades. Cuiabá,

UFMT/PROED, Imprensa Universitária, 1987, p. 53 (Série: Cadernos de Educação, 1).

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa Educação e Pesquisa, vol. 34, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 27-45, Universidade de São Paulo Brasil.

ROMANELLI, O. História da educação no Brasil 1930-73. Petrópolis, Vozes, 1978; ARANHA, M.L.A. História da Educação. São Paulo, Moderna, 2002. RIBEIRO, M. L. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. Campinas, Autores Associados, 2003.

ROUILLIER, R. (1980). Formação do Adolescente et d'alternância. Paris: Éditions Messonance UNMFREO.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SANTORI, Raquel. A juventude rural e suas perspectivas. In: Revista Formação por Alternância. Brasília: 2008. p. 5-14.

SILVA, L. H. As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2008.

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html> - - - -

<https://www.facebook.com/pages/CEFFA-Manoel-Monteiro/499782216761131?fref=photo>

http://www.unefab.org.br/p/efas_3936.html#.U2rBS1fJ1d0

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12304/7068>

http://www.ppge.ufpr.br/teses/M13_HUMBERTO%20RODRIGUES%20DE%20LIMA.pdf

<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo16.pdf>